Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 3

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte um, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no edifício de São Nicolau, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Auditório de São Nicolau, sito na Rua Comércio do Porto, nº 7 4050-210, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

1 – "Apreciação e Votação das Opções do Plano e Orçamento para 2022";----------
2 – "Apreciação da Informação Trimestral e Financeira relativa ao 4º Trimestre de 2021".----

Verificaram-se as seguintes presenças:----------
Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Luís Rocha Pires Mendes Godinho, Augusto Artur Saldanha, Gianpiero Freire de Zignoni, Maria Inez Rocha Barata da Rocha Gagliardini Graça e Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto.----------
Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Érica Filipa Lisboa Fonseca Pacheco Rodrigues, Abílio Pereira dos Santos e Abílio Manuel Pacheco Rodrigues.----------
Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Tiago Filipe Alves Moutinho, Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes e Núria Maria Ares Cardoso.----------
Bloco de Esquerda – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Bárbara Sofia Prazeres dos Santos.---
CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira.----------
Pessoas-Animais-Natureza – Frederico António Nunes Ferronha.----------

Faltas: ----------
Partido Socialista – Sandra Maria Ribeiro Mondim substituída por Érica Filipa Lisboa Fonseca Pacheco Rodrigues, José António Teixeira, substituído por Abílio Manuel Pacheco Rodrigues.---
Partido Social Democrata – António Miguel da Costa Cardoso Antunes, substituído por Tiago Filipe Alves Moutinho, Inês Pires Moreira, substituída por Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso, que por sua vez é substituída por Núria Maria Ares Cardoso.----------
Bloco de Esquerda – Teresa Marisa Alves Martins, substituída por Bárbara Sofia Prazeres dos Santos.----------
PAN – Natacha Gambini Doria Meunier, substituída por Frederico António Nunes Ferronha. ----
Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: ----------
Partido Socialista – Sandra Maria Ribeiro Mondim e José António Teixeira. ----------
Partido Social Democrata – António Miguel da Costa Cardoso Antunes, Inês Pires Moreira e Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso. ----------
Bloco de Esquerda – Teresa Marisa Alves Martins. ----------
PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. ----------
O Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e os Vogais Ângela Maria Fangueiro Cintra, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Matilde Maria Gomes Marques e Tiago João Peixoto Fonseca. ----------
Presidente da AF – Nesta sua intervenção dá início à Assembleia de Freguesia e cumprimenta todos os presentes. De seguida dá a palavra ao Sr. Deputado Vítor Vieira. ----------
Vítor Vieira (CDU) – Afirma que a CDU não tem nenhuma objeção a que as reuniões sejam transmitidas em streaming. Contudo quer ter a noção de que por um lado a forma de captação

de imagens e a forma de como são difundidas respeitam as regras previstas na RTPV e se existe uma previsão para fazer algo similar àquilo que acontece, por exemplo na ARTV em que os planos, a forma de apresentação das pessoas, etc., é definido de uma determinada maneira e não se afastem dessa diretriz.----------

Presidente da AF – Intervém para responder que, tecnicamente, estão a fazer uma transmissão via Facebook mas com baixos recursos. Obviamente, que vamos tentar salvaguardar a qualidade, uma vez que está presente o Engº Narciso. Aproveita para informar esta Mesa pretende reduzir custos no envio das convocatórias e documentação por email a todos os membros desta Assembleia. O ponto seguinte, tem em vista a sistematização da informação e o acesso à mesma por esta Mesa e pelos e pelos seus Membros. Entende esta Mesa, que estão reunidas as condições e tecnologia suficiente e adequada para a criação de uma pasta na Junta de Freguesia para os membros poderem aceder à documentação resultante dos trabalhos desta Assembleia, incluindo os seus registos áudio. Ponto b) que a divulgação dos documentos e ações desta Assembleia possam ficar alojados no site da Junta de forma a poderem ser acessíveis publicamente. Informa que isto é obrigatório por lei, obviamente. Referiu a criação de uma comissão para a revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia, da União de Freguesias, o qual foi aprovado na reunião de 10/07/2015, e por forma a dar continuação ao trabalho iniciado no mandato anterior. Explica que esta comissão é composta por um elemento de cada bancada a designar por cada força política à Mesa da Assembleia. Informa que estão presentes agora aqui, algumas pessoas que fizeram parte desta comissão. Nesse espírito e se quiserem dar continuidade até porque algum desse trabalho já tinha sido feito, pois está a lembrar-se neste momento dos Deputados, Vítor Vieira, Abílio Santos e Teresa Martins. Por último e não menos importante, atendendo à progressão da pandemia covid-19 com o sucessivo aumento de casos positivos nos últimos dias, horas até inclusivamente, a atingir números preocupantes, considera importante referir que é do futuro que estamos a falar, e até poderá vir a serem realizadas em modo online ou misto. Preferencialmente, fica dito é via Microsoft teams por motivo de custos, uma vez que a Junta tem a licença do office 365 ou via zoom se o Executivo o permitir, ou disponibilizar atendendo à sua facilidade de manuseamento. Agradecem, desde já, a disponibilidade de todos e aproveitam para questionar se algumas das pessoas aqui presentes questiona esta medida que possa a vir ser implementada curto ou a médio prazo, numa próxima Assembleia. Pergunta se alguém se opõe a que ela seja realizada. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que lamenta estar sempre a vir falar. A verdade é que não há registo nenhum em eventos de órgãos institucionais de ter ocorrido algum contágio. O contágio pode ocorrer em qualquer sítio, inclusivamente aqui. Entende que devem todos fazer um esforço para manter as regras e fazer as sessões de forma presencial. Termina a sua intervenção por dizer que se escusa de explicar porquê. ----------

Presidente da AF – Afirma que concorda ipsis verbis com o que o Sr. Deputado acaba de proferir. Não teria este último ponto se não tivesse havido uma grande progressão de casos Covid-19. As instituições têm de continuar e farão todos os possíveis para que elas sejam presenciais. De seguida dá a palavra ao Deputado do PS, Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Intervém para solicitar que lhe seja esclarecida uma dúvida, pois não percebe se têm que indicar já a pessoa de cada uma das bancadas para a Comissão de Acompanhamento do Regimento. ----------

Presidente AF – Afirma que se quiser o pode fazer, que toma nota ou então a posteriori. --------

Fernando Oliveira (PS) – Informa que por parte do PS é o Sr. Abílio Santos. ----------

Presidente AF – Intervém para informar que se as bancadas partidárias o quiseram fazer, estão à vontade. É confirmado pela CDU o Deputado Vítor Vieira, Pelo BE, a Deputada Teresa

Martins. Pela bancada do PSD fica o Deputado Rodrigues Fernandes e pelo PAN a Deputada Natacha Meunier. Haverá também um elemento da Mesa, mas ainda não está discutido este tema. Do Aqui Há Porto-Rui Moreira, informa que o nome será apresentado a posteriori. De seguida informa que continuem no período Antes da Ordem do Dia. De imediato dá conhecimento de que foram entregues 4 documentos. A Mesa ao rececionar os documentos e ao elaborar a sua ordem, costuma dar prioridade aos Votos de Pesar, e há um Voto de Pesar apresentado pelo PSD. De seguida solicita a um elemento da bancada para efetuar a sua leitura. ----------

Nuno Fernandes (PSD) – Inicia a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, tendo de imediato efetuado a sua leitura. Este Voto de Pesar fica anexo à ata. ----------

Presidente da AF – Inicia a sua intervenção por perguntar quem vota contra, quem se abstém. Este voto de pesar é aprovado por unanimidade. Questiona se algum Deputado se quer pronunciar sobre este assunto. Como ninguém se inscreveu para intervir, de imediato é guardado um minuto de silêncio. De seguida passam para a Proposta de Deliberação - Transmissão em direto das sessões de Assembleia de Freguesia, apresentada pelo BE. ----------

Mário Moutinho (BE) – Começa a sua intervenção por saudar todos os presentes nesta Assembleia. Informa que este documento que o BE preparou está um pouco desatualizado face à proposta feita pela Mesa de que sejam transmitidas, online as assembleias, o que já está a acontecer e congratulam-se pelo facto. Registam que aquilo que por tanto trabalharam no anterior executivo, na anterior Assembleia para ser colocado em prática, finalmente esta Mesa e este Executivo conseguem pôr em prática e felicitam por isso. ----------

Presidente da AF – Pergunta ao senhor Deputado do BE se retira a Proposta de Deliberação ou se quer que a mesma seja sujeita a votação. Ele entende que deve ir a votação. Após votação realizada, esta Proposta é aprovada por unanimidade. De seguida pergunta se algum Deputado se quer pronunciar sobre o assunto. Como ninguém se inscreve para intervir de imediato passa para o documento seguinte apresentado à Mesa da Assembleia. Trata-se de uma Recomendação do BE cujo título é o seguinte: "Criação de Gabinete de Apoio a Cuidadores Informais". Solicita ao Sr. Deputado Mário Moutinho a apresentação da mesma. ----------

Mário Moutinho (BE) – Informa que esta Recomendação é a primeira proposta que o BE teria feito em sede de Estatuto de Oposição se tivessem sido convocados para isso. Como foi dito, na última assembleia não foram convocados e, por conseguinte, um conjunto de propostas que podiam ter sido feitas, não o foram, e uma delas é esta Recomendação e passa a dizer porque é que o Bloco faz nesta altura, em jeito de recomendação. De imediato procede a sua leitura. A mesma fica anexa a esta Ata. ----------

Presidente da AF – Pergunta se alguém pretende intervir sobre esta Recomendação. Aproveita para informar que as Recomendações não são votadas. Ninguém se inscreveu para se pronunciar sobre esta Recomendação. De seguida informa que vão passar ao documento seguinte que é uma outra Recomendação, desta vez apresentada pela CDU, intitulado: "Proposta de Recomendação Sobre a Comemoração do 25 de Abril". ----------

João Gonçalves (CDU) – Inicia a sua intervenção por ler a proposta de Recomendação, a qual fica anexa a esta Ata. ----------

Presidente da AF – Pergunta se algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este assunto. De imediato dá a palavra ao sr. Deputado Gianpiero. ----------

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto- RM) – Intervém para afirmar que uma vez que é uma Proposta, se for possível por parte dos colegas da CDU, façam uma alteração para que seja em nome da CDU, esta proposta e não em nome da Assembleia, tal como é feita a Proposta anterior pelos colegas do BE, que apresentaram em nome do BE e não em nome da Assembleia. Da sua parte não se opõe absolutamente em nada a uma proposta da CDU, mas

neste caso o texto diz e passa a citar: "É a Assembleia que Propõe", fim de citação, nada contra. Mas se for a Assembleia a propor, deve ser votada. ----------
Presidente da AF – Dá a palavra ao sr. Deputado, Vítor Vieira da CDU. ----------
Vítor Vieira (CDU) – Afirma que é uma surpresa para ele e que qualquer dos presentes, qualquer grupo aqui pode propor à Assembleia que delibere sobre qualquer coisa. Neste caso, que delibere recomendar à Junta de Freguesia. Se preferem que aqui seja a CDU a solicitar à Assembleia de Freguesia aqui reunida, recomenda à Junta de Freguesia, é uma questão de semântica, mas pode ser feita, mas não vê necessidade. Ou existe um documento subscrito por todas as forças políticas, é um papel branco que vai por ali e está feito. Pode ser feito, pode-se transformar isto num documento em que obrigue a assinatura de todos se quiserem. Mas tipicamente é assim que se faz. Um grupo político, um elemento da Assembleia mesmo ao arrepio do seu grupo político, pode apresentar uma proposta no sentido de a Assembleia recomendar neste caso. Mas se querem que altere ligeiramente a formulação, não tem objeção nenhuma a que conste que a CDU apela à Assembleia de Freguesia que recomenda à Junta de Freguesia. ----------
Presidente AF – Pergunta se o texto pode ficar "conste que a CDU apela aos membros desta Assembleia, que recomende à Junta de Freguesia ". De seguida dá a palavra ao Sr. Deputado Luís Godinho. ----------
Luís Godinho (Aqui há Porto - RM) – Afirma que é uma nota muito rápida sobre esta Recomendação. Só para dizer que defender abril sem falar do 25 de novembro, é deixar a História meia contada. O 25 de abril derruba uma ditadura, o 25 de novembro impede que outra seja imposta. Quem celebra a Liberdade e a Democracia tem de celebrar as duas datas. Se a CDU apresentar uma Recomendação para a inclusão do 25 de novembro, pensa que está mais consensual. ----------
Presidente AF – Intervém para autorizar a intervenção do Deputado Vítor Vieira. ----------
Vítor Vieira (CDU) – Intervém para dizer ao ilustre colega Luís Godinho que tem todo o gosto em lhe apresentar um conjunto de elementos que se calhar o vai fazer repensar aquilo que pensa sobre o 25 de novembro, pois como já terá dito Vasco Lourenço, se a memória não lhe falha, não sabe quantos 25 de novembros houve. Agora uma coisa é certa, quando começar a ler aquilo que escreveu o comandante Gomes Mota, quando começar a ler aquilo que foi falado e ele próprio pode ajudá-lo nisso, pois também ele próprio esteve junto de muita gente.
Presidente da AF – Afirma que dá por encerrado este assunto. Pergunta se mais alguém pretende pronunciar-se sobre o documento, pois continuam no período Antes da Ordem do Dia, fazem os reparos ao documento para ficar tudo aceite e dão voz às forças políticas que queiram intervir. De seguida dá a palavra ao Sr. Deputado Mário Moutinho do BE. ----------
Mário Moutinho (BE) – Afirma que não vai fazer nenhuma intervenção política, porque o tema que tinham pensado trazer aqui hoje, tem a ver, por um lado, com as transmissões que já estão resolvidas, e por outro lado ele próprio já falou sobre isso, ele conta vivamente utilizar um formato de zoom ou outro do género profissional e não o outro usado anteriormente que só deu problemas, o zoom não é caro, pensa que custa 12,50€, não chega a 13,00€ por mês, nos meses em que for necessário usar. Entende que não é por aqui que a Junta vai à falência. O outro assunto tem a ver com a Revisão do Regimento e que lhe parece fundamental em muitos aspetos. Por um lado, havia já uma equipa que estava a trabalhar, tinha nomeadamente até o apoio de um dos juristas por parte do PSD, que ajudava do ponto de vista legal, estas questões legais, para que o Regimento não colidisse com o que diz a lei, e, portanto, isso é interessante e importante fazer, pois este regimento está completamente ultrapassado, já deu o que tinha a dar. Quer aproveitar este facto para dizer aqui que não só o Regimento alterado vai modificar o nosso comportamento e empenhamento na missão que os

traz até aqui, que os trouxe até aqui, uma vez os que já cá estão vêm de uma experiência de 4 anos lamentáveis, de relação entre o Executivo e Assembleia, para não falar na Mesa, pois estava no meio disto tudo, mas principalmente entre o Executivo e a Assembleia com insultos, como forma de tratar as coisas absolutamente inenarráveis, indignos do local onde se encontram. Faz a nota disto porque pensa que há necessidade de, por parte do Executivo, ter muito rigor nos documentos que trazem até a Assembleia, nos documentos que apresenta, na forma como os apresenta e na forma como elabora, sendo rigoroso e evitar às vezes mal-entendidos, que as perguntas sejam mal interpretadas, como acontecia muitas vezes. Cada vez que perguntavam qualquer coisa, às vezes sobre um documento, um protocolo, quase sem grande importância, um mero protocolo, perguntavam porque é que está aqui esta clausula, eram insultados e já estavam a levantar problemas, etc. Por um lado, se o Executivo tiver este rigor em toda a sua atuação nos documentos que trazem a esta Assembleia nos documentos e na forma como trabalha e se for claro na forma como faz a sua sugestão, melhor dizendo, se a sua gestão for clara, metade dos problemas são facilmente resolvidos. Por outro lado, cabe-lhes a eles assembleia ser fiscalizadores do Executivo. Têm todos ideias diferentes em relação a muitas coisas, que espera que todos tenham a capacidade de ultrapassar, mas pelo menos não atingir níveis de discussão que foram lamentáveis no último Executivo. Afirma que não é propriamente uma intervenção política, mas se calhar até porque é o mais velho desta plateia está a dizer isto com alguma vontade de transformar as coisas, isto é, se tiverem dignidade naquilo que estão a fazer, muitos problemas que esta Junta teve até aqui, podem ser resolvidos. Mas como é evidente, têm com certeza pontos de vista diferentes, estão para os discutir e votar contra, se for caso disso, como o disse da outra vez, pois não se quer repetir. Termina a sua intervenção e agradece. ----------

Presidente AF – Pergunta se mais algum elemento de alguma força política pretende intervir. Como ninguém se inscreve para o fazer, afirma que vão entrar no período da Ordem de Trabalhos. De imediato entram no ponto 1 da O.T. "Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2022". Pergunta ao Sr. Presidente da Junta se pretende intervir, para efetuar alguma introdução, tendo o mesmo afirmado que sim. ----------

Presidente da Junta – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, bem como quem está a ver através da comunicação social. De seguida inicia a leitura da sua introdução que passo a citar. "Tendo em conta a importância deste documento no qual apresentamos as nossas propostas, atividades e orçamento para 2022, o primeiro passo foi pedir uma auditoria ao GF para começar a trabalhar com a consciência tranquila, demonstrando que vieram para fazer a diferença. Tentar junto da CMP encontrar um parceiro estratégico na recuperação financeira da Junta, através de contrato interadministrativo e delegação de competências. Tentaremos ajustar as verbas dos protocolos com a CMP e rentabilizar todos os equipamentos. É fundamental para os fregueses estarem a sentir a proximidade da Junta de Freguesia. Por isso não necessitam de dinheiro será uma aproximação feita pelas pessoas e para as pessoas, promovida pela descentralização dos serviços através de protocolos conseguiremos trazer mais serviços e cuidados para os nossos fregueses em parceria com as IPSS e Associações, conseguir mais proximidade. Uma enorme aposta na educação, na cultura e no desporto. Quero também uma União de Freguesias cooperante com o município que apoie redes de atividades extracurriculares, dispondo-se a contribuir para a criação de mais salas de estudo e ATl´S. Tentar conseguir uma IPSS que em parceria com a União de Freguesias reabra as nossas Creches, ATL´S e Centros de Dia, no sentido de voltar a ter as valências ao serviço da população. Só através de uma rede de apoio solidário às famílias com crianças, conseguiremos mantermos os que já cá vivem e atrair novas famílias para viverem aqui. Mercado de S. Sebastião todos nós conhecemos as dificuldades de quem ali vive

e trabalha. Temos ambição de resolver este assunto e trazer qualidade a quem vive e trabalha. Temos de reabilitá-lo através do cumprimento do Contrato Colaborativo que esta Junta tem com a CMP. Depois das obras feitas, teremos de encontrar vendedores interessados em dinamizar o espaço de maneira que se torne mais visitado, criar uma mistura de oferta a quem o visita, mantendo as tradições e testemunhos. O processo não será difícil, uma vez que as camionetas de turismo que visitam a Sé Catedral param mesmo ao lado, o melhor que temos na nossa querida cidade. Os moradores e comerciantes da nossa União de Freguesias, ganharão sem dúvida um espaço excelente. O Edifício da Praça de Carlos Alberto, antiga Junta da Vitoria, fazer a reabertura da antiga Junta de Freguesia, biblioteca e ATL para dar apoio à escola primária de Carlos Alberto. No mesmo espaço conseguimos 3 em 1. Fazer a aproximação ao freguês nos serviços da Junta de Freguesia, abrir uma biblioteca de livros onde promovemos a cultura e um local de estudo, onde os meninos depois de saírem da escola primária, mesmo ao lado, poderão aguardar os seus pais enquanto estudam. Sanitários: somos neste momento uma das cidades mais visitadas da Europa, sendo necessário ter sanitários abertos todo o dia e até às 20.00 horas, incluindo finais de semana, com a dificuldade de conseguir funcionarias para encaixar em todo o horário, vamos partir para um método muito utilizado na Europa: a colocação de torniquetes com moedas, de maneira a controlar acessos, com equipas de limpeza a passarem de hora a hora em todos os sanitários, como exemplo bem próximo temos a Estação de São Bento em que os sanitários já funcionam dessa forma. Assim garantimos o serviço das 9h às 20h e a limpeza feita por equipas de funcionárias que farão a ronda pelos nossos diversos sanitários. Lavandarias: as nossas lavandarias devem ser as únicas que não trabalham no Centro Histórico. O horário de funcionamento é uma condicionante. Atualmente funcionam das 9.00 h às 17.00 horas e as pessoas que trabalham, gostariam de lavar a sua roupa depois do horário laboral ou mesmo ao fim de semana. As máquinas são antigas e muitas estão avariadas. Temos pouca oferta de serviço. Vamos equipar as lavandarias com máquinas novas e industriais de lavar e secar com serviço de pagamento por moedeiro, podendo estar aberto das 9h às 22h ou mesmo 24h. Durante os dias de semana teremos uma funcionária permanente, e no final de semana a mesma equipa de limpeza dos sanitários, garantirá a limpeza, a manutenção e vigilância. Assim podemos garantir o serviço aos nossos fregueses associados a uma melhor rentabilização dos espaços. Associativismo: Estaremos mais próximos e também iremos empenharmo-nos em parcerias com Instituições da Freguesia, que de facto através delas poderemos ter conhecimento de alguns problemas e tentar solucionar. Achamos importantíssima a ligação das pessoas às coletividades. Este ano a Junta de Freguesia irá receber 120 mil euros da CMP de fundo de Apoio ao Associativismo Portuense. Vamos tentar ajudar as Associações e Coletividades a criar o seu próprio projeto e a concorrer. Vamos criar todas as ferramentas e instrumentos para fazer todo o acompanhamento no processo, até à sua concretização. É importante manter o Associativismo presente, é nele que vemos a aproximação aos fregueses. Esperamos conseguir viver como a pandemia, ganhar imunidade necessária para poder ultrapassar esta fase menos boa. Quando tudo estiver melhor e depois dos isolamentos, confinamentos e das proibições as pessoas precisam de sentir que quem venceu foi o Associativismo e a aproximação. Com a colaboração de algumas entidades apostaremos na formação e educação. Desporto é um dos nossos grandes pilares. Vamos promover a prática desportiva em todas as vertentes, no lazer, na competição e até mesmo no seu intelectual. Aqui está um dos mais importantes projetos pós pandémico. É neste projeto que lutaremos pela saúde física e mental dos nossos fregueses. É aqui que combateremos o consumo de álcool, das drogas e de criminalidade. Além dos ginásios e de prática de boxe e do jiu-jitsu, no edifício da Sé temos de abrir o leque das modalidades, criar mais e melhor prática de desporto. Vamos criar competições em todo o

tipo de modalidades, o troféu da Junta da União será um tipo de campeonato Porto Histórico em todas as modalidades. Educação: relativamente à Educação o Presidente da Junta de Freguesia tem acento nos Conselhos Gerais e Agrupamentos de Escolas na Freguesia. Por proposta da CMP e continuará a participar ativamente na resolução dos problemas. Continuaremos a colaborar com as Instituições de ensino e desenvolvimento do seu Plano de Atividades, procurando sobretudo promover uma igualdade de oportunidades a todos os alunos, com a colaboração de algumas entidades apostaremos na formação e educação através de workshops promovidos por nós. Segurança: a Junta de Freguesia, no âmbito das suas atribuições não deixará de salvaguardar os interesses próprios da sua respetiva população, sempre que possível em articulação com o município do Porto. Polícia Municipal, PSP e SEF, bem como a continuidade de reuniões com o Ministério da Administração Interna. Recursos Humanos: vamos querer premiar a assiduidade, a pontualidade dos nossos trabalhadores, criando estímulos de forma a criar motivação, pois uma equipa motivada e feliz consegue ter empenho forte e equilibrado. Assim conseguiremos ter uma Junta com mais proximidade de pessoas para pessoas. É importante reconhecer e recompensar o trabalho dos nossos colaboradores. Achamos muito importante que todos os que trabalham sejam devidamente recompensados e assalariados. Depois deste Orçamento ser viabilizado garantiremos o pagamento de subsídio de insalubridade aos colaboradores que desempenham funções nos nossos sanitários. Reconheceremos todos os colaboradores que mostrem um perfeito desempenho nas suas funções. Para terminar peço a vossa atenção para os cinco pontos mais importantes deste documento. 1) Não engordamos o Orçamento nem o nosso Plano de Atividades com a simulação de venda de Património. 2) Tentaremos reduzir o enorme défice com a mobilidade de alguns funcionários sem deixar de afetar o perfeito funcionamento da Junta. 3) Rentabilizar os espaços porque estamos onde tudo acontece na cidade. 4) Verificar todos os protocolos, exigir relatórios de atividades trimestrais com todos os nossos parceiros. 5) Por fim a transparência. Depois de duas horas de formação no dia de ontem, 29/12/2021, estamos quatro elementos, uma coordenadora, e três vogais do Executivo formados para colocar no nosso site e tornar publico todas as reuniões de Executivo e Assembleias, bem como toda a documentação publica. Assim queremos contas à moda do Porto. Daremos conta de tudo e a todos. Por estas razões todos achamos que este Orçamento e Plano de Atividades vai de encontro com as necessidades dos nossos fregueses a da autosustatentibilidade da União de Freguesias de Cedofeita, St. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória", fim de citação e termina a sua intervenção, agradecendo. ----------

Presidente da AF – De imediato dá autorização ao Sr. Deputado Fernando Oliveira para intervir.----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que as grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 aqui apresentadas, quanto ao PS não passa de um documento excessivamente vago e sem que se conheçam ideias claras de concretizações e tendo em conta o que tem vindo a publico dito pelo Sr. Presidente da Junta, que se queixa de não ter dinheiro, alias coisa que reitera nos textos deste plano orçamental, não percebe como é que vai cumprir com o que está plasmado no documento. É, portanto, e quanto ao PS um documento surreal. Sabem bem que um documento desta natureza é provisoriamente, mas este ultrapassa mesmo o campo do razoável das previsões. Contudo, gostaria que em nome do PS, colocar aqui algumas questões e se possível obter respostas por parte do Sr. Presidente da Junta. Na página dois diz-se o seguinte e passo a citar "O Executivo delineou um plano mediante um orçamento que visa reabrir Creches e o edifício da Vitoria", fim de citação. O PS pretende saber é como e de que forma. Refere que apesar dos constrangimentos orçamentais, pretendem saber quais são esses constrangimentos. Na página três refere que após a consulta de todas as bancadas, a

CDU e o PSD apresentaram as suas propostas, solicita que lhes identifiquem no texto das grandes Opções do Plano, quais são as propostas do PSD e da CDU, para que o PS saiba quais são. Diz também que foi pedida uma auditoria à Inspeção Geral das Finanças, aliás já sabiam, pois foram informados no sentido desse pedido. Perguntem é se o IGF já terá respondido, se fazem ou não, e no caso de já terem respondido negativamente, se a Junta através de outro organismo levar a cabo, mesmo assim, a auditoria às contas da Junta, pois no entender do PS devem ser feitos todos os esforços para que a auditoria se concretize. Na página 4, afirma que vai ocorrer uma descentralização dos serviços. Pretendem saber quais e de que forma. Também na página 4, diz ainda que a grande aposta é feita na educação, na cultura e desporto. Pretendem saber quais e de que forma. Desta, a necessidade de conseguir uma IPSS que em parceria, reabra as nossas creches, aliás ainda agora é referida pelo sr. Presidente da Junta, nesta matéria, as nossas Creches, ATL´S e Centros de Dia. A questão é o que é que tem esta União de Freguesias para oferecer a essa eventual IPSS que se encontre, se não tem acordos com a Segurança Social. Os valores a praticar têm de ser suportados pelas famílias ou pela Junta. Pergunta se a Junta dispões dessas verbas. Na página 5 "Centro de Dia da Vitoria", pergunta qual a reabilitação efetuada nesse equipamento. Afirma que existe uma reabilitação antes da reabertura do espaço. Também na página 5 e em relação ao Mercado S. Sebastião diz "procurar interessados, dinamizar o espaço e reestruturá-lo". Pergunta quem vai fazer as obras, a Junta. Afirma que é preciso ter em conta que o espaço está apenas cedido à Junta para sua exploração. O equipamento é da CMP, pois todos os melhoramentos que sejam lá executados acima do valor de 500,00€, pensa o PS, que é a CMP que tem que fazer. Também sobre a questão do Mercado S. Sebastião, pretendem saber se já existe informação sobre isso e pretendem saber o que é feito dos 75.000,00€ que a CMP transferiu para a Junta de Freguesia, não neste mandato, mas no anterior mandato, como é obvio, na altura em que o Sr. António Fonseca era o Presidente desta Junta de Freguesia. Querem saber o que é feito desses 75.000,00€, uma vez que nada foi feito no equipamento, nomeadamente na reabilitação do espaço e este valor foi transferido para esse efeito. Na página 6 afirma que em relação às lavandarias vai modernizar o equipamento e alargar o horário de funcionamento que também o Sr. Presidente referiu, para 24.00 horas. Querem referir que este equipamento também é da CMP, e o equipamento para estar aberto em funcionamento 24.00 horas requer aqui um esforço a nível dos recursos humanos. Pretendem saber se existe algum contacto por parte da Junta de Freguesia se já falaram com os colaboradores no sentido de assegurar o funcionamento de 24.00 horas deste equipamento. No apoio ao Associativismo querem saber que tipo de contrato, pois falam em estabelecer um contrato, pois querem saber que tipo de contrato têm em mente e com que critérios. Isto tudo são questões que como refere no texto de introdução antes de começar a colocar as questões, pois no documento não existe concretização alguma destas ideias. Escrevem-se para lá umas coisas, mas não se concretiza, daí estas questões. Na pág. 7, em relação à Educação, vai criar "salas de estúdio e de ATL´S para dar apoio aos pais, antes e depois das aulas". Pergunta se estes ATL´S não são para as IPSS que diz ir tentar encontrar? Na pág. 8 Património – Reabilitação do parque edificado para destino final da habitação acessível. Pergunta quais são esses imóveis? Na pág. 9 em relação ao Desporto afirma que "pretende direcionar esforços para que as pessoas idosas desenvolvam uma certa atividade, que promovam o exercício físico. Quanto às crianças e jovens da União de Freguesias que é igualmente importante a prática do exercício físico". Concordam integralmente com isso, pois não é isto que está em causa. O que pretende o PS saber é onde os jovens podem praticar o exercício físico. Pergunta se existe na mente do Sr. Presidente da Junta e do seu Executivo de alguma ideia onde estes jovens poderão praticar exercício físico? Pág. 10 – Coesão Social: "Diz ser urgente e prioritário retirar os Sem-Abrigo

das ruas". Também pretendem saber de que forma e capacidade tem a Junta de colocar em prática esta medida. Na pág. 12 – Habitação: "Gabinetes de angariação de habitações de privados". Pretendem saber quem vai estar nesse gabinete e como vai funcionar. Continua na mesma página para referir Ambiente e Sustentabilidade e afirma que se está a lembrar pois estão a voltar ao tempo dos veículos elétricos do anterior Executivo e por outro lado é afirmado que não existe dinheiro quando existe de facto outras prioridades no entendimento do PS, como por exemplo na pág. 13, no ponto 4 "Campanha de promoção de separação de lixo". O entendimento do PS nesta matéria é que a mesma deve abranger toda a população e não só as crianças e os idosos, como é referido no documento. As pessoas devem ser sensibilizadas não só para separar, mas também para colocar o lixo nos contentores. Não devem ser só direcionadas às crianças e idosos, mas sim abrangente. A sensibilização deve ser feita por todos e não apenas ficarem também por reivindicar à Câmara recolha e faça a limpeza das ruas. No seu entender existe uma coisa importante aqui, mas que não é falada, que é o que acontece a todos, quem anda pela cidade e nesta freguesia ainda mais. O cheiro nauseabundo que vem do interior dos equipamentos que revela uma situação: falta de lavagem dos equipamentos porque nem sempre existe a regularidade que é necessária. Ainda na pág. 13, ponto 5: "Recolha de animais errantes". Pergunta que animais? É isso que pretendem saber. Ainda na pág. 13 e passa citar: "Diz estabelecer uma relação de espaços públicos existentes onde se possa desenvolver um projeto de hortas urbanas comunitárias", fim de citação. O que pretendem saber é se a Junta já tem identificados ou sinalizados esses locais onde vão funcionar essas hortas comunitárias e se tem, que indique quais. Na pág.14, no ponto 20 – Licenciamento. Tenciona criar esplanadas móveis nos jardins municipais e estes passarem para a alçada da Junta. Entendem que o jardim é um espaço de lazer e de descanso. Não existem muitos e se os vão encher com esplanadas como é a que fica o descanso e a tranquilidade das pessoas que o procuram. Relembra que não temos assim tantos para isso e por força do muito trânsito que a cidade tem, como é óbvio, se ainda vamos ter pessoas em esplanadas, vai tirar como é óbvio, também a qualidade e o objetivo de certos espaços. Este é o entendimento do PS e também gostam de ver e de ouvir aqui alguma concretização daquilo que é esta ideia por parte do Sr. Presidente da Junta e do seu Executivo. Por fim e está mesmo a terminar sobre a questão das Grandes Opções do Plano, quer fazer 3 perguntas. Existe vontade da Junta de Freguesia propor à CMP, pois não é da competência da Junta, como é óbvio. Ponto 1 – Retirar alguns pilaretes em algumas artérias da freguesia? Alterar algum sentido de trânsito em alguma artéria da freguesia? Limitar o acesso de viaturas automóveis em alguma artéria da freguesia? Se existe essa vontade por parte da Junta em propor à Câmara. Entra agora no Relatório do Orçamento e no que refere às receitas, na pág. 2. Afirma que se trata de um Orçamento inflacionado onde apresenta receitas que, no entender do PS, difíceis de concretizar, pois dão como exemplo o valor referente em impostos diretos no valor de 95.000,00€, o valor da venda de Bens e Serviços correntes também no valor de 209.850,00€, Publicidade 55.350,00€, Serviços, Aluguer de Espaços e Equipamentos 124.000,00€ e ainda outros exemplos. Afirma que aparece também uma receita de 10.000,00€ em Parques de Estacionamento. A questão é dada quanto sabem, o Parque das Camélias está desativado, tanto quanto sabem. Aparece também uma rúbrica aberta de Venda de Bens de Investimentos, no valor de 200,00€ referente a terrenos. Pretendem saber que terrenos são estes. Referente à relação das despesas, na pág. 1 aparece um valor de 80.500,00€ "Títulos de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos". Pretendem saber que valor é este e para quem se destina e para perceberem querem também saber quantos elementos da Junta ou quantos Vogais da Junta estão a meio tempo e quem é quem é que está a tempo inteiro. É uma informação que gostariam que fosse transmitida. Na pág. 2, aparece a rúbrica "Estudos,

Pareceres, Projetos e Consultadoria" no valor de 40.000,00€. Perguntam a quem se destina. Por fim e na pág.3 aparece também uma rúbrica de "Outros", no valor de 15.000,00€ Pretendem saber também para quem se destina este valor e termina a sua intervenção. ---------
Presidente da AF – De seguida autoriza a intervenção da Srª Deputada do B.E.----------
Bárbara Santos (BE) – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e a todos os que seguem por streaming. Afirma que esta é a sua 1ª intervenção nesta Assembleia e lamenta informar que talvez seja um pouco desagradável naquilo que vai começar por dizer. Começa pelas Opções do Plano e Orçamento, pois no fundo consideram que não seja de má-fé que as coisas estejam a ser feitas e relembra o que o seu camarada Mário disse. O B.E. não é consultado para este Orçamento o que constitui uma inverdade logo na introdução. Independentemente disto, o BE tem um documento escrito em que diz e passa a citar: "Após a consulta de todas as bancadas", fim de citação, o que não aconteceu e passa a citar novamente "com representação nesta Assembleia", fim de citação. O BE sugere que seja feita uma adenda a este documento. Caso contrário não sabe até que ponto será considerado válido, mas vai prosseguir. Outras infelicidades que vêm aqui e neste momento vai misturar um bocadinho o Relatório com o Orçamento. Passa para o Relatório do Orçamento e vê um erro. Na pág. 5 na tabela apresentada no resumo das receitas e despesas encontram os impostos diretos do IMI, com uma percentagem de 4,75%. Fez as contas ela mesma e verifica que o valor está correto. No entanto no texto que se segue está escrito o valor de 7,56%. Continua a fazer as suas contas nos mapas orçamentais e encontra vários erros que considera graves. Assim sendo, a bancada do BE sugere que seja revisto este documento, opondo-se à votação do mesmo. E porque existe urgência e sabe que há vontade do Sr. Presidente e de todos os elementos aqui presentes em acelerar isto o mais rapidamente possível, pois já foram atrasados o suficiente com tudo o que se passou anteriormente. O BE aconselha que exista uma revisão e retificação dos erros aqui apresentados e dá alguns exemplos para justificar o pedido do BE e que o mesmo então seja votado no início de janeiro, o mais rapidamente possível. Por exemplo, ao fazer as contas, afirma que existem erros grandes nas contas. Tendo por base este facto, a representante do Bloco de Esquerda refere que a bancada irá redigir e entregar à mesa uma declaração de voto, que terá efeito, caso a votação seja levada à avante.
Presidente da AF – Intervém para solicitar à Srª Deputada sobre as correções e para estas serem audíveis para todos. ----------
Bárbara Santos (BE) – Afirma que no Orçamento da Receita na rúbrica 06.03. "Administração Central", na pág. 1, ao fazerem as contas desta rúbrica obtêm o valor que está referido em cima 562.786,00€ e não 547.786,00€ o que dá uma diferença de 15.000,00€. Afirma que se somar tudo isto, não dá o valor de 547.786,00€, dá os 562.786,00€. Já está a contar com esses 15.000,00€. Ao contar com esse valor, fazem a conta do Estado sem contar com "Serviços e Fundos Autónomos". ----------
Presidente da AF – Intervém neste momento para esclarecer dúvidas à Srª Deputada. ----------
Bárbara Santos (BE) – Afirma que é um excelente esclarecimento. De seguida passa à rúbrica 06.06.01. "Sistema de Solidariedade e Segurança Social", se é 50,00€ alocados às Creches, 50.00€ Centro de Dia/Convívio e 50,00€ ao ATL, dá 150,00€ e não 250,00€. O totalizador é o 06.06. e não o 06.06.01. Pergunta então o que é que são os 250,00€. Afirma que está errado, deve ser 150,00€. Reafirma que isto acontece várias vezes. O seu total do Orçamento dá 1.872.490,74€, não dá 1.966.840,74€. ----------
Presidente da AF – Intervém para dizer que é melhor ouvir tudo, identificar as questões e a seguir tentar responder. Caso contrário, começa a existir muito diálogo. ----------
Bárbara Santos (BE) – Intervém para dizer que estes são alguns exemplos. Afirma que ao fazer as contas sai outra coisa e não sabe no que pode confiar. Não sente confiança neste

Orçamento e lamenta imenso. ----------
Presidente da AF – Pergunta à Srª Deputada se ainda tem mais dúvidas. ----------
Bárbara Santos (BE) – Intervém para dizer que existem mais dúvidas em relação ao Relatório, são várias, são alguns exemplos rápidos. ----------
Presidente da AF – Intervém para lembrar ao Executivo que é bom que anote cada uma destas alíneas que estão agora a serem escalpelizadas e solicita à Srª Deputada para prosseguir e levantar todas as questões.----------
Bárbara Santos (BE) – Entende que é importante retificar. Afirma que só quer trazer aqui alguns pontos para basear a decisão do BE e não quer estar aqui a ser exaustiva. Afirma que isto é de uma grande importância. Prossegue de seguida para a análise política. Quer começar pelo ponto 3 – "Mercado São Sebastião". ----------
Presidente da AF – Solicita à Srª Deputada o favor de identificar o nº da página para que todos possam acompanhar.----------
Bárbara Santos (BE) – Afirma que como é referido pela bancada do PS é alocada uma verba para obras neste Mercado, querem questionar, se foram realizadas, se não foram, e o que é feito deste valor. Entendem que isto não está claro. Pergunta se durante a Auditoria ele vai aparecer, mas não sabem. A este ponto quer acrescentar algo que até já foi defendido o ano passado que é a existência de artesãos, a representação dos artesãos neste Mercado e pequenos produtores de Mercado. Estes com carta de artesão ou unidade produtiva artesanal em contraponto com artesanato de produção massiva e industrial. É o garantir que é mesmo artesanal, não é aquela coisa feita em massa. No ponto 4, ainda na pág. 5 têm uma questão que querem colocar. Existe um plano para a inauguração de uma Biblioteca e que estão satisfeitos por saber, como é evidente. Neste mesmo edifício existe a Biblioteca das Coisas. Pergunta se existe relação entre as duas. Vão funcionar em salas distintas? Uma vai substituir a outra? Qual é este plano? O espaço da Biblioteca das Coisas opera ou não opera? Pergunta em que ponto é que estamos nesta situação. Na pág. 5, no ponto 5 – Sanitários, compreendem o facto de este espaço não estar aberto 24.00 horas. Não podem esquecer que o Centro Histórico é o centro nevrálgico dos bares e, portanto, a procura será maior. Mas não vão por aí. Mais importante do que isto é que no início da pandemia, durante o confinamento são fechados os sanitários públicos e neste momento, tanto quanto sabe foi aberto para acesso aos sem-abrigo. Pergunta que soluções têm para isto. Será que eles também poderão utilizar estes sanitários com moedinha? Não sabe qual o plano da Junta. No ponto 7, na pág. 6 partilham das questões acerca do Orçamento Colaborativo, de como será composto o júri? Querem ver o Orçamento Colaborativo ser divulgado amplamente de forma a estimular a participação dos cidadãos e entendem que a Assembleia deve ser ouvida para a constituição do tal júri. Isto é um pouco atrás e pede desculpa. Curiosamente em paralelo com a análise do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual encontram realmente a locação de uma verba de 150.000,00€ que está na pág. 7 do OPOP rúbrica D6, pode ser só coincidência ou não, mas daí uma questão que vem da nossa parte. Portanto na rúbrica D6 – Despesa de Capital – Aquisição de Bens de Capital – Investimentos, edifícios, Outros, 150.000,00€. Pergunta se isto implica que vá haver um investimento em edifícios com o dinheiro que vem do Orçamento Colaborativo. Se sim ou não, se já está alguma coisa decidida. O Orçamento só vai ser janeiro, correto? Se esta verba dos 150.000,00€. É destinada a Associações e Coletividades, não deve estar aqui, mas sim nas Transferências Correntes. ----------
Presidente da AF – Solicita à Srª Deputada para utilizar a sua capacidade de síntese. ----------
Bárbara Santos (BE) – No ponto 8, Apoio ao Associativismo consideram que este ponto como outros, é mais uma declaração de intenções do que outra coisa. Afirma que sempre defendem o Associativismo. Pretendem saber exatamente onde será executado e para tal é importante

que exista um regulamento para suportar estas parcerias que não acontece neste documento. Ponto 9, pág.7 – Educação afirma que estão de acordo, são excelentes as intenções, no entanto não conseguem perceber a expressão orçamental a aposta na Educação no orçamento. Não só é importante dar apoio aos pais, como expressa o documento, mas também dar apoio às crianças, na opinião do BE. No Mapa de Pessoal reparam que não existe a desagregação por áreas, no entanto vangloriam-se na abertura de estruturas educativas. Recursos Humanos – entendem que a Mobilidade pode trazer alguma fragilidade aos serviços das Junta, na opinião do BE. Afirma que quer ter a garantia que isto não vai acontecer. Quer saber como é que a assiduidade, este pormenor da pontualidade das funcionárias e dos funcionários da Junta, será premiado. É interessante explorar. Em relação à habitação, pág. 12, capítulo 7, este gabinete de angariação de Habitações de privados é algo que lhe ultrapassa, nem com o máximo de imaginação consegue lá chegar ao que exatamente será, para que serve, como funciona o que é que realmente propõem criar e de que forma vai beneficiar a freguesia e os seus fregueses. No fundo, para o BE será muito mais útil criar um gabinete de apoio ao freguês para ajuda na candidatura para habitação com rendas acessíveis, programa Porta 65, entre outros. Isso sim, é servir a comunidade. Na verdade, no Centro Histórico, neste momento, existe muito mais oferta do que procura. No caso da reabilitação de imóveis querem perguntar qual é o tipo de parceria. Outras questões já foram aqui levantadas, é irrelevante estar a repetir-se em relação a elas.----------

Presidente da AF – Intervém para informar que a Mesa interrompe os trabalhos durante cinco minutos.----------

Após o reinício dos trabalhos, chama o Sr. Deputado Vítor Vieira.----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que antes de falar do texto que tem em seu poder, quer fazer um pequeno prólogo pois gostou muito de ouvir o Sr. Presidente, no início, naquela introdução que realizou, pois é, muito interessante porque de repente olha para as bandeiras para ver se está na mesma Junta de Freguesia, pois parece que teria sido uma outra força política qualquer que esteve a gerir aqui esta Junta nos últimos 8 anos. Mas não foi. Foi Rui Moreira, primeiro com o apoio do PS, depois com o apoio do PSD e agora outra vez com o apoio do PSD. De qualquer forma aqui, sobre o que o Sr. fala, existem coisas que são referidas, das propostas que os partidos, CDU e PSD apresentaram e de facto nas propostas enviadas pela CDU não é exatamente a consulta prévia que no Estatuto da Oposição prevê, está lá a reabertura das Creches, os Sanitários, o reforço deste tipo de equipamentos, reabertura do ginásio, da cantina, da lavandaria, de pagar o suplemento de penosidade e insalubridade aos seus trabalhadores, coisas que não são passadas para o Plano, são os planos de animação nos Coretos do Marquês, de São Lázaro e Cordoaria, um parque infantil bem perto do Marquês associado à dinamização da Biblioteca Popular, um inquérito piloto para mostrar a situação de pobreza energética, reivindicar a rápida requalificação do Jardim da Praça da República, por exemplo. São propostas apresentadas pela CDU, mas não vêm lugar no Plano de Atividades apresentado pela Junta de Freguesia. Existem coisas aqui referidas, o Mercado de São Sebastião e as lavandarias self-service. Afirma que são pias intenções, são interesses, são necessárias, mas depois olha para o Plano Plurianual e vê que para o Mercado São Sebastião no ano de 2022 o financiamento definido 100,00€, para as lavandarias self-service, ano 2022, financiamento definido 100,00€. Afirma que isto diz tudo sobre as intenções anunciadas. De seguida passa para a intervenção que tem preparadas. Uma vez que para muitos membros desta Assembleia é a primeira vez que vão apreciar este tipo de documentos, teria sido útil que a maioria Rui Moreira/PSD tivesse facultado um exemplar da Proposta de Orçamento para 2021, para permitir fazer comparações com a velocidade a que tudo isto é feito, pois este Executivo é eleito no dia 21/12, aprova os documentos a 23/12 e enviam a 24/12, não existe

este ou outros cuidados. Neste documento para além de muitas rubricas abertas no valor simbólico de 50,00€, claramente que se destinam a permitir mais tarde a modificar o Orçamento, pela sua relevância de nos deixar de imediato dúvidas sobre a sua correção técnica global e consequentemente sobre as causas e efeitos dessas anomalias. Começa pela receita e pelos mapas apresentados presumivelmente são produzidos num software certificado que é habitual, mas neste documento, curiosamente não consegue identificar qual seja, curiosamente aparece a referência ao software etc., mas aqui não aparece. Verificam que o total da receita corrente está inflacionado em 300,00€, parece pouco. Existem 200,00€ contabilizados a mais na rubrica 04. É difícil dizer agora qual é o documento, aquilo vem uma grande misturada. Fica aqui a sugestão que da próxima vez numerem todas as páginas manualmente para facilmente se consiga indicar qual é. Esses 200,00€ contabilizados a mais na rúbrica 04, tem uma das possíveis causas. Ou há uma má classificação de verba 04.02.99.02-Multas e consequentemente um erro no computo das verbas 04 e 04.02., ou então o valor constante do resumo das dotações iniciais é introduzido manualmente nesse mapa, assim inflaciona também o total do mapa das receitas correntes. Há ainda 100,00€ contabilizados a mais na rubrica 07, com duas possíveis causas. Ou houve má classificação da verba 07.02.08.03.99 - Outros ou um erro de soma na verba 07.02.08 e consequentemente na 07.02.07. Isto seria um erro ignorável, nada de muito especial. Mas na verdade na receita corrente, a soma das rubricas é de um milhão, 966,540,74€, mas o valor qua aparece nos mapas de um milhão, 966.840,74€ mais 300,00€ em resultado daqueles erros daquelas rubricas. Para além destas anomalias há outras, ainda na receita, mas são menores, mas são de estranhar na mesma, num documento onde supostamente é produzido por um programa certificado. Mas ao apresentar um valor de receita inflacionado face à realidade, já a qualidade técnica do documento se mostra de muito difícil aceitação. Aliás outros dados que eventualmente se referirão, evidenciam o inflacionamento artificial do orçamento, ele já foi mesmo anteriormente referido, que torna possível o encaixe, uma séria que claramente não é destinado a serem realizadas. De seguida passa para a despesa. Afirma que aqui há também um conjunto de incorreções formais, aumentando as dúvidas sobre a competência técnica e a fiabilidade do documento. A rubrica 02.01., surge com uma dotação de 22,250,00€. Mas a soma das suas parcelas monta a 22.300,00€, verifica-se que não é somada uma de duas verbas: 02.01.09. ou 02.01.16., qualquer uma delas no montante de 50,00€. Logicamente se a verba está prevista e não é somada o total do Orçamento das Despesas é inferior pelo menos a estes 50,00€ à soma das suas parcelas. Nas despesas correntes estas aparecem com um valor global de 1.796.340,74€. Contudo ao somar as diversas parcelas constata-se que esse valor só é possível se não se somar a parcela 05.01.01. no montante de 6.000,00€. Logicamente se a verba está prevista, mas não é somada o total do Orçamento das Despesas é inferior em mais de 6.000,00€ à soma dessas parcelas. Já vão em 6.050,00€. A rúbrica 04. monta a cerca de 140.000,00€ o que significa que são somadas as parcelas 04.03. e 04.07., mas fica de fora a parcela 04.05.01.08. no montante de 19.940,74€. Logicamente se a verba está prevista, mas não é somada, o total do Orçamento das Despesas é inferior em mais 19.940,74€ à soma das suas parcelas. Ou seja, só com estas três incorreções formais que detetam e não têm a certeza que haja mais. Verificam que a despesa global prevista de 1.998.090,74€ deve ser afinal de 2.024.081,48€, ou seja, 25.990,74€ superior ao valor que surge no documento. Há, pois, um desvio de quase 1,5%, uma diferença tão elevada que a sua descoberta os obriga a rejeitar esta proposta, mesmo apesar de ser necessário esclarecer outras anomalias e discrepâncias que se escusam de referir neste momento, pois com uma pequena análise facilmente se detetam e se poderão corrigir. Sobre o Quadro de Pessoal também esta componente apresenta questões graves, mas não irão abordar hoje porque querem dar a oportunidade ao

Executivo de as corrigir em documento devidamente reformulado. Por fim, as autorizações prévias, genéricas que estão anexas a este orçamento e Grandes Opções do Plano são, como é dito, úteis para o seu belo princípio da boa administração. Mas enquanto as autorizações 1 e 2 não lhes suscitariam reparos é verdade que como a forma da 3 está redigida é algo confuso, pois para além de serem invocadas as diversas disposições legais é referido no ponto 1, do nº 2 dessa autorização, uma curiosa fórmula "cumprimento do disposto na alínea d) por analogia do nº 1, do artº 6º da Lei 8/2012". Ora não só o texto não é claro como não se sabe sequer a que se refere esta analogia. Se o objetivo é usar uma disposição que é primordialmente pensada para ser utilizada em organismos do Poder Central ou pelas Câmaras Municipais é uma autorização prévia para que o Executivo possa despender sem mais avaliação da Assembleia, até quase 300.000,00€ em 3 anos, sem necessidade de estar previsto nas Opções do Plano e Orçamento e consequentemente sem a democrática fiscalização que a Assembleia de Freguesia deve exercer. Então é inaceitável conceder tal autorização quer face ao histórico dos últimos 8 anos, quer relativamente a mandatos anteriores também de má memória, pelo que em futura reformulação da proposta esta autorização deve ser eliminada. Em conclusão: face aos múltiplos e graves problemas detetados e que enunciaram alguns, a CDU entende que o Executivo Rui Moreira/PSD, deve mais precisamente: 1 – Retirar esta Proposta. 2 – Iniciar o Ano 2022 novamente em regime de duodécimos, não é novidade nenhuma, não existe problema nenhum absolutamente em ano eleitoral, as Câmaras podem ter os seus documentos previsionais aprovados até mais tarde, se não se engana, até março. Não existe nada prevista na Lei referente às freguesias, embora seja sugerido que façam um esforço no sentido de entrarem os Orçamentos em vigor a 1 de janeiro, mas afirma para se lembrarem há quanto tempo esta Junta de Freguesia não tem um Orçamento aprovado e não é por isso que deixa de funcionar. Deve reformular devidamente quer do ponto de vista técnico quer do ponto de vista político e isto é grave. Estão a falar de 26.000,00€. Deve reapresentá-la para que se possa finalmente iniciar e exercer as suas funções num saudável clima de rigor e transparência como já afirmaram ser esse o seu desejo. Afirma que o pedido de Auditoria que não é, mas pronto, que é dirigido à Inspeção Geral de Finanças no passado dia 11 de novembro. Se ainda assim a maioria Rui Moreira e os aliados PSD entenderem levar por diante o documento que está irremediavelmente ferido de ilegalidades, então a CDU vota contra ele. Em Declaração de Voto regista outros ilegalidades que deteta e como já o disse, podem não ser as únicas. Reafirmam a sua disponibilidade para apoiar tudo o que mereça, é disso prova as propostas que tempestivamente apresentaram e que em grande parte não são incluídas neste documento. Reafirmam também a sua intransigente defesa da legalidade democrática. **Presidente da AF –** Intervém para dar a apalavra ao Sr. Deputado Frederico Ferronha. - **Frederico Ferronha (PAN) –** Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e os que estão via online. Afirma que vem apresentar a perspetiva do PAN sobre os documentos enviados. No que diz respeito às Opções do Plano verificam com agrado que este Executivo pretende que este mandato seja para o desenvolvimento de projetos da nossa comunidade e para a comunidade, ao contrário do que foi efetuado no Executivo do mandato anterior. Da análise das Opções do Plano para 2022 concluem que estão presentes várias propostas e objetivos de carater genérico, um conjunto de intenções de execuções, verosímil em contraponto com um orçamento parco em conteúdo. No âmbito Social impõe-se a abertura e criações de Creches, abertura de Jardins de Infância e ATL´S, apoio aos Sem-Abrigo, tudo dependendo da colaboração e boa vontade de outras Instituições. Como será contornada a legislação que impede o apoio da Segurança Social às Juntas de Freguesia para a prestação destas valências? Como será efetuada a gestão destas situações, quem vai pagar ao pessoal? Na Educação, de onde vêm os fundos para a promoção da componente de apoio à família,

salas de estudo que pretende desenvolver nos agrupamentos escolares? Pergunta se serão suportados pelos custos das famílias. Se sim, deve ter em consideração os escalões de apoio social escolar para a definição de valores e em alguns casos, ser mesmo gratuito. No que respeita aos Recursos Humanos perante as propostas de prática desportiva com aulas, apoio psicológico e jurídico, como pagar aos professores de Educação Física, a Psicólogos e a Advogados? Pergunta se eles vão trabalhar para o bono. Quanto aos prémios de assiduidade e pontualidade está o Sr. Presidente na governança da função pública e como tal terá de cumprir a legislação. Deve informar-se bem desta situação e da relação que tem com a avaliação de desempenho dos funcionários. No que respeita ao Património, a valorização através da manutenção e da reabilitação, a eficiência energética é o que deve acontecer. Mas as ajudas do governo à transição energética e aquisição de viaturas elétricas existem, mas são tímidas. Como colmatar o remanescente? No que respeita à habitação, a promoção das rendas acessíveis para quem sabe que o acessível para uns é inatingível para outros. Os preços das rendas que a CMP promove no arrendamento acessível, são incomportáveis para quem quer viver na nossa União de Freguesias. Os habitantes estão a ser continuamente empurrados para fora, por uma política de habitação inacessível. É necessário que compreendam a realidade da nossa União de Freguesias. No que diz respeito ao ambiente, a substituir lâmpadas, substituir a frota, mas como? Mais uma vez, onde está a árvore das patacas? Em relação à Cultura falta o apoio aos artistas da freguesia e o apoio à difusão artística. A proteção animal não é tema neste plano, nomeadamente às pessoas que têm animais de companhia sobretudo às pessoas mais idosas. No que respeita ao Orçamento, este Orçamento no total de 1.998.000,00€, para o PAN, acham insuficiente para atender às propostas elencadas nas Opções do Plano. Não parece em conta que no ano de 2022 está prevista a retoma económica e social e uma taxa de inflação no valor de 1,7%. Ora mais especificamente e relativamente às receitas, está prevista a venda de Bens e Serviços correntes no valor de 209.000,00€. Pergunta quais são os bens, pois já aqui foi referido, que não está prevista a venda de edificado. Taxas e Multas no valor de 37.850,00€. Pergunta quais são. Onde está o Regulamento de Taxas e qual o valor dessas taxas. As receitas provenientes da Segurança Social para as Creches, Centro de Dia, ATL, são residuais. Pergunta onde se vai buscar o dinheiro para estas valências. Vão promover a Cultura, mas de que maneira a vão apoiar. A cedência de espaços e salas tem previsto uma receita de 70.000,00€. Pergunta se afinal é para ceder ou alugar. Em relação à despesa aqui temos que prémios e suplementos para o pessoal é de 1.000,00€. Será pouco motivador para o pessoal num total de 73 trabalhadores. Falam do aproveitamento de recurso mesmo em matérias como o informático, no entanto, é colocada uma despesa de 5.000,00€ para a locação de material informático. Para a formação estão previsos 500,00€ mas é obrigatório disponibilizar formação a pelo menos 10% do pessoal. Pergunta se este valor é suficiente e quem vai fazer a formação. Continua a prática pouco transparente no que diz respeito aos edifícios, onde está apresentada uma despesa em Outros no valor de 150.000,00€. Pergunta se dá para tudo. Em suma, entendem que este Orçamento que não consegue dar resposta às suas Opções do Plano e como é tal irrealista, o que não podem acompanhar.----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Deputado Mário Moutinho.----------

Mário Moutinho (BE) - Afirma que o BE quer fazer uma proposta mas a CDU também já o fez e no seu entender fez muito bem, o adiamento desta votação para correção desta trapalhada que é este Orçamento. Foi-lhes sugerido, nomeadamente, por elementos do departamento jurídico do BE. De outra forma, hoje votam contra e apresentam uma Declaração de Voto a explicar porque votam contra. Votam contra para se protegerem da ilegalidade. Porque mesmo que o sentido de voto do BE fosse a abstenção, seriam coniventes com uma ilegalidade. Não o fazem de todo e fazem obviamente uma Declaração de Voto clara e darão

conta dela publicamente. A camarada Bárbara apresentou há pouco 3 ou 4 exemplos dessas irregularidades. Falaram com economistas e contabilistas. Lembra-se que aquando do envio do PDF ao seu camarada Queiroz, economista, ele afirmou e passa a citar: "Ó Mário manda-me o documento final e não o rascunho", fim de citação. Afirma ao camarada que este é o documento final, o qual entende que estava a brincar. Do ponto de vista técnico este documento é indescritível. Afirma que estão claramente disponíveis não só pelos apontamentos que tem a camarada Bárbara, mas também pelos apontamentos que recolheram juntos dos economistas e contabilistas com quem trocam impressões, pois quando vêm para a Assembleia, informam-se e trabalham para que tenham sustentada a sua posição política. Estão disponíveis para conversar com as pessoas do Executivo que querem perceber quais são estes argumentos e o que estão a fazer e porque é que estão a dizer que são erros. Afirma que numa outra assembleia recomendou ao Executivo: "Preocupem-se com as pessoas que vos aconselham, do ponto de vista jurídico, mas também da contabilidade", porque o que acontece é que o anterior Executivo com esta equipa de contabilidade, tem 3 Orçamentos rejeitados. Não é só por um texto técnico, mas provavelmente os conselhos não foram os melhores. De seguida quer só dizer uma coisa para ficar registado em Ata, para o BE não ser acusado de estar a esgrimir o argumento de não serem convocados para a reunião ao abrigo do Direito de Oposição. Afirma que receberam uma chamada que foi realizada para ele próprio, de uma funcionária a pedir desculpa, pois o erro é foi dela. Afirma que o erro acontece com toda a gente, ele próprio erra muitas vezes. Citou que o Charlin Chaplin dizia: "Não abdicarei nunca do sagrado direito de me enganar", fim de citação. Todos estão aqui, todos se vão enganar muitas vezes. Só não se engana quem nada faz. Há um erro, está desculpada. A única coisa que acontece é que o B.E., do ponto de vista legal não tem nenhum documento que diga que não foram convocados. O único documento que existe é esta proposta que afirma que o B.E. foi convocado e isso não aconteceu. Têm que colocar a verdade, têm de ser claros, honestos e dignos. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Deputado Tiago Moutinho. ----------

Tiago Moutinho (PSD) – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirma que falar sobre o Orçamento, pois é o que o traz hoje aqui, não é mentira que o PSD tem um acordo com o Movimento Rui Moreira e nesse Movimento muitas das coisas que tinham previsto no plano eleitoral do PSD estão metidas neste documento. Fala por exemplo em concreto o Mercado de São Sebastião, o projeto ou tentativa de projeto para reabilitar o Mercado, a reabertura dos sanitários e lavandarias, pois é uma das medidas do programa do PSD e que é bem acolhida por parte do Executivo da Junta, a reabertura dos ATL´S e Centros de Dia. Afirma que precisam de captar famílias e que essas famílias com crianças e que as respetivas famílias tenham sítios onde colocar os filhos e também os Centros de Dia estarem abertos com valências, pois temos população muito envelhecida. Por outro lado, também têm reabilitação do edificado que está degradado e também muito importante para o PSD, a não venda de Património. A Junta continua com o Património que tem, edificá-lo e dar-lhe outras valências em proveito dos fregueses. Também uma situação que lhes parece interessante, que terá que ser muito bem fundamentada que é o pedido de auditoria à Inspeção Geral das Finanças para saberem como é que estão as contas da freguesia, têm de saber o que é que, entretanto, aconteceu. No cumprimento dos acordos estabelecidos o PSD vota a favor do Orçamento mesmo que existam questões que têm de ser levantadas, podem também ser estudadas e analisadas se alguém, entretanto quer fazer alguma questão, estão aqui para ajudar nesse sentido. Afirma que é um Executivo que está no início de um projeto, é o início de tudo. A Assembleia também tem muita gente nova. Reafirma que estão todos no início, são iniciados outros não. Uma parte está iniciada e, portanto, dar essa alavancagem quer ao

Executivo da Junta, apoiar também todos os colegas que estão na Assembleia de Freguesia. ----
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Godinho. ----------
Luís Godinho (Aqui há Porto-RM) – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Da apreciação política que fazem das Opções do Plano e Orçamento para 2022, a 1ª nota é para a abertura e transparência no processo da sua redação que saúdam como marca de uma visão construtiva deste Executivo em prol do envolvimento de todas as forças políticas na resolução dos problemas e na melhoria da qualidade de vida dos nossos fregueses. Este é um Orçamento que contém um enorme desafio. Por um lado, tem de responder à emergência financeira da Junta num contexto externo bastante adverso e pós pandémico e como tal exigir um esforço suplementar de controle orçamental. Por outro lado, o plano para 2022 não perde ambição, pelo contrário reafirma os ativos da Junta colocando-os ao serviço dos fregueses e traz uma nova visão de gestão moderna com envolvência de todas as forças vivas da freguesia pois só desta forma se pode construir um futuro melhor para todos. A Junta não é nem deve ser a solução de todos os problemas, mas o catalisador que a comunidade se afirme e desenvolva. Este é um Orçamento sem engenharia financeira, é um Orçamento que se pauta pela transparência, desde logo na sua redação porque não simula venda de Património, quebra com práticas do passado. É, pois, um bom indício que a sua execução será fiel. Este é o Orçamento da esperança que corresponde à emergência financeira com ações concretas no sentido de equilibrar as contas sem descurar as responsabilidades já assumidas, melhorar a gestão dos recursos e procurar novas fontes de receita como já foi amplamente falado, nomeadamente a rentabilização dos ativos das lavandarias, dos sanitários e outros espaços com novas e mais eficientes formas de gestão. Este é também um Orçamento para as pessoas, para as Coletividades e para as Associações. São eles que desenvolvem o melhor trabalho de proximidade com os fregueses e merecem o apoio desta Junta com reforço significativo de recursos. Este é um Orçamento aberto à sociedade contempla 150.000,00€ para projetos que apoiem e promovam a cultura, a economia e a coesão social. Sabem os enormes desafios que o ano de 2022 vai trazer a todos e em particular a este Executivo que a par da situação de emergência trará o desafio de equilibrar as contas tornando a gestão sustentável, mas devolver a esperança e qualidade de vida aos fregueses. Por todas estas razões, votam a favor deste Plano e Orçamento e apelam a todas as forças políticas que se juntem para votar construtivamente para a sua aprovação. ----------
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Oliveira.------
Fernando Oliveira (PS) – Nesta sua intervenção refere que são 2 questões muito breves. Na última reunião da Assembleia de Freguesia, chama à atenção para o facto de haver o cuidado de chamarem à Freguesia apenas Centro Histórico. Afirma que a Junta não trouxe aqui em momento algum a esta Assembleia de Freguesia qualquer tipo de proposta para alterar o nome da Freguesia. O nome da Freguesia é União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Muitas das vezes, muitos de nós e se calhar ele próprio, também incorrem no erro de falar em Junta de Freguesia do Centro Histórico e para além disso o site do Facebook desta autarquia também está denominado como sendo Centro Histórico apenas e só deve ser corrigido. Por outro lado, existe uma outra questão querem saber. É se o Executivo da Junta está disposto a retirar o documento ou não. É essencial saber, perante as irregularidades aqui expostas, por várias pessoas de várias forças políticas. Isto é que é preciso saber, se a Junta retira os documentos e os traz aqui ou não, numa outra oportunidade, reformulados como deve ser para poderem estar todos em condições e em consciência para poderem votar. ----------
Presidente da AF – Intervém para autorizar a intervenção do Sr. Deputado Vítor Vieira. Apela a todos o poder de síntese para o Executivo ter capacidade de resposta. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que são 2 pequenas notas. Uma em relação à transparência e à forma como é preparado o documento e nomeadamente ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. Aquilo a que é chamado Estatuto do Direito de Oposição, no caso da CDU foi uma solicitação de enviar propostas até ao dia 3. Assim é feito e no dia é entregue por e-mail um conjunto de propostas. São propostas transversais a quase todas as forças. Posteriormente há uma reunião que não sabem se é só com a CDU ou com todos os partidos. Nessa reunião constatam que é só com a CDU, tudo bem. Mas quando se fala no Estatuto de Direito da Oposição, em consulta prévia, estão a falar em apresentar à oposição pelo menos as grandes linhas e os grandes valores para que se possa dizer: "É pá vocês mudam isto porque nós votamos contra, se calhar de mudar aqui e acolá, nós abstemo-nos". É isto o Estatuto de Direito da Oposição, não é muito mais do que isto. A verdade é que não lhes é dado nada. Mostram um papel, que não sabe que valor é que tem, não é papel timbrado, é um conjunto de números que estima um défice anual de 200.000,00€. Se calhar até é mais porque a rúbrica ADSE e Caixa Geral de Aposentações, estão a zeros. Não é uma informação suficiente para se decidir seja o que for, para se falar, etc. Mas parece haver algumas dúvidas agora naquilo que profere aqui na intervenção, solicita a colaboração e naquele documento que refere Dotações iniciais no ano 2022, pensa que é logo no início, após o texto do Orçamento, não vê os números, onde refere "Dotações iniciais no ano 2022" solicita para observar do lado esquerdo, nas Receitas Correntes, o 04. Taxas, Multas e outras Penalidades. Tem a 1ª página que é o quadro global das dotações iniciais, mas na 2ª já existem os códigos. No 04. Taxas, Multas e outras Penalidades, 38.050,00€. Logicamente que este número que está aqui deve ser o reflexo no que está na parte mais adiante, mais esmiuçada. Quando vão olhar para esse mesmo 04. que é o totalizador de Taxas, Multas e outras Penalidades, logo na página seguinte não encontram lá 38.050,00€ encontram 37.850.00€. Não é possível, pura e simplesmente. Mas a rúbrica 04. está com bastante mau olhado. Se avançar agora para as despesas, também para a rúbrica 04. e pede a colaboração para irem à página 2, das Despesas e cá em baixo 04. Transferências Correntes. Observem do lado esquerdo vêm que essa rúbrica 04. está dividido em 04.03. e que tem uma sub-rúbrica 04.03.01. em 04.05.01.08. e em 04.07. sendo que esta última tem a 04.07.01. que vem por aí abaixo e tem o 2, 3 e 4. Se olharem para o lado direito esses 4.7.1. 2, 3 e 4, são 42.000,00€ cada um deles. A sua soma dá 126.000,00€, está o valor imediatamente em cima. Portanto a 04.07. – Instituições sem Fins Lucrativos são 126.000,00€. A 04.03.01 Estado são 14.000,00€, que também está imediatamente acima no 04.03. está totalizado aí. Se somarem 126.000,00€ mais 14.000,00€, dá 140.000,00€ que é o total do 04. que aparece aqui na folha. Só que com isso o 04.05.01.08. no valor de 19.940,74€ cai para debaixo do aparador, pois não se vê. Chama a atenção pois a lei diz uma coisa muito clara: Só quem vota contra e apresenta a Declaração de Voto é que fica exonerado de responsabilidade financeira. Ou seja, como diz o Mário Moutinho aqui nem a hipótese de se absterem pode existir porque de facto existe uma anomalia, não chama mais do que isso porque tem de ser corrigida e não há mal nenhum nisso. É colocar direito, pois para coisas erradas foram 8 anos. Coloquem isto direito. ----------

Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirma que a sua Tomada de Posse irregular e depois ao fim de 2 meses teve nova Tomada de Posse. Informa que teve tempo para fazer muita coisa, mas não teve tempo para trocar de contabilista. Como o elemento da CDU refere e bem, por momentos acha que não é o Movimento Rui Moreira. Só que o Movimento Rui Moreira é composto por pessoas, pessoas boas e pessoas más. Entende que não tem nada a ver, nem de justificar muitas das coisas que estão a ser faladas aqui do Executivo anterior, como o Mercado São Sebastião. Afirma que vai tentar responder politicamente a todos. Isto para dizer o quê? Em 2

meses chega a uma Junta de Freguesia e não tem tempo de fazer nada. A Tomada de Posse é irregular. O que acontece é que está a trabalhar com o mesmo contabilista que estava no Executivo anterior. Não pode assumir que a Junta de Freguesia pague dinheiro a um contabilista todos os meses para lhe apresentar um Plano destes, não pode ser. As pessoas têm de ser responsáveis. Afirma que não está aqui para fazer favores a ninguém. Assume os seus erros, mas não assume os erros dos outros. Se existem erros, são erros técnicos, erros do contabilista, dos quais ele próprio não tem responsabilidade nenhuma, pois da sua parte existe muita transparência. Como alguém que afirma aqui: "Não sei como é que vai buscar dinheiros para as lavandarias e sanitários", como se estivesse a mentir. Os equipamentos são da CMP, podem através da Câmara conseguir equipar os equipamentos. Custa zero à Junta. Têm 150.000,00€ de Contrato Colaborativo para apoio à Educação, à Coesão Social. Têm 120.000,00€ para apoio ao Associativismo. Pergunta como é que não se pode fazer um Plano de Atividades. Claro que se pode fazer um Plano de Atividades, pois têm só aqui 270.000,00€. Explica que se a Junta recebe esse dinheiro para apoiar as Coletividades, vão poder fazer, pois entra no nosso Plano de Atividades. O dinheiro entre e sai. Não entende onde estão as dúvidas. Afirma que vai responder politicamente e retira o documento que está para ser aprovado e compromete a apresentar um documento em condições retificado. Quanto às Creches que existem respostas aqui que são dadas às próprias perguntas. Dá o exemplo de como é que se vai fazer com a Creche do Miminho? Vão entregar a uma IPSS, eles recebem os fundos da Segurança Social e a Junta coloca na Freguesia uma Creche para 56 crianças. Explica que a Junta ainda vai receber uma renda do Infantário. Não entende as dificuldades em perceber as parcerias com as IPSS. Afirma que o Centro de Dia da Vitória é reabilitado porque estava encerrado. Quando abre as portas para o limpar, está a reabilitar e colocá-lo a funcionar. Quanto ao Mercado São Sebastião, têm um Contrato Colaborativo assinado com a CMP. Deveriam ter 75.000,00€ na conta destinados a esse Mercado São Sebastião. Quando chega à Junta de Freguesia tem 53.000,00€ na conta e 80.000,00€ em dívidas. Afirma que se compromete a fazer um trabalho transparente de maneira a conseguirem ultrapassar as dificuldades financeiras e vai ter de fazer as obras no Mercado São Sebastião. Se a Junta assume e ele próprio é o Presidente, o outro foi embora, tem de assumir a situação. Afirma que não pode assumir os erros dos outros e que ninguém lhe pergunte sobre os erros dos outros e que ninguém lhe pergunte onde está o dinheiro, porque a Auditoria o irá ditar. Quanto às habitações, têm o edifício no Largo Tito Fontes, onde podem fazer habitações e colocar rendas acessíveis. A Biblioteca das Coisas, é um projeto do antigo Executivo, deixa de o ser. O dinheiro é gasto nas obras, é verdade, mas agora não quer lá esta Biblioteca. Não compartilha da mesma ideia, quer uma Biblioteca de livros e 1 ATL pois tem uma Escola Primária ao lado. Afirma que o Sr. Deputado Vítor refere que nem todas as propostas da CDU entram no Plano e Orçamento. Explica que é só para 2022, já entram bastantes da CDU e provavelmente podem até entrar mais, mas não podem estrar todas, porque é só para 2022 que entram as propostas da CDU, do B.E., embora não fossem convocados devido a um erro da Técnica. Estão a elaborar uma parceria que vai de encontro à proposta da CDU e têm propostas do PSD. Recorda que o PAN pergunta sobre os ATL´S e informa que têm de os abrir e fazer um Regulamento para eles. Explica que neste momento não têm Regulamento para os ATL´S que estão a funcionar. Compreende a pergunta sobre as famílias mais necessitadas, pois, o Regulamento que vai ser efetuado vão ver como será. Mas vão ter sempre a atenção que o PAN está a dizer. Afirma que neste momento não sabe os preços do ATL, não têm Regulamento e como deve compreender, só está há 2 meses e não dá para fazer o trabalho todo. Afirma que vão ter em consideração essa recomendação do PAN. Entende que responde ao essencial, pede desculpa por estar aqui hoje para tentar aprovar um Plano que realmente

tem erros. O Técnico afirma que tem erros informáticos, mas não devem existir. Concorda em pleno com o que é dito, não é contabilista, pois tem muitos números. Tentou examinar, mas não descobre isso e provavelmente descobrem após consulta de contabilistas. A Junta de Freguesia paga ao seu contabilista e ele não ter de ir consultar outro contabilista. Pede mais uma vez desculpa, em nome próprio e do Executivo e compromete-se brevemente a colocar um Plano e Orçamento devidamente capaz de ser aprovado por esta Assembleia. ----------
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Oliveira. ----
Fernando Oliveira (PS) – Afirma que não vale a pena o Sr. Presidente da Junta se exaltar. As questões são colocadas. Já o Mário Moutinho na sua intervenção que realiza aqui nesta sessão que não devem, em tempo algum, seguir o exemplo passado. O Sr. Presidente chega aqui muito exaltado a dizer que a culpa não é sua, é do contabilista, não me perguntem nada, nada tem a ver com o outro. O outro presume que seja o Sr. António Fonseca, pois dirige-se assim a ele, mas afirma que ele próprio chama os nomes às coisas. Não adianta o Sr. Presidente da Junta se exaltar, tem de procurar responder ao que lhe perguntam, por muito que lhe custe. Também afirma que o Sr. Presidente não Toma Posse duas vezes. O Sr. Presidente é eleito e Toma Posse na reunião da Instalação e não na última, é na 1ª, não Toma Posse duas vezes. Pergunta se vai trocar de contabilista. Diz que isto é política e politicamente o Sr. Presidente tem que assumir, o que está mal e o que está bem, tanto o Sr. Presidente como o Executivo, para o bem e para o mal. Não basta chegar aqui, atirar as culpas para o funcionário ou colaborador. É de política que se trata. Politicamente, o Sr. Presidente e o seu Executivo, nesta matéria, estão mal, mais nada. Também uma questão que pretende falar é sobre o reabilitar o Centro de Dia da Vitória. Reabilitar é uma coisa, reabir é outra. O Sr. afirma reabilitar. Daí a minha pergunta de há pouco, sobre o que lá é feito a nível de reabilitação não é na reabertura. Reabertura é uma coisa, reabilitar é outra. Ninguém o culpa de nada do passado. Todos sabem, todos são adultos responsáveis que o anterior Presidente da Junta não era o Sr. Todos sabem. Não adianta vir dizer que não tem de responder pelo passado, tem de saber inteirar-se das coisas, de tudo o que se passou e do que se está a passar, procurar inteirar-se responsavelmente, inclusive dos 75.000,00€ relativamente ao Mercado São Sebastião.
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------
Presidente da Junta – Afirma que agradece a compreensão do Sr. Deputado Fernando Oliveira mas que está bastante calmo.----------
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Deputado Vítor Vieira**.**----------
Vítor Vieira (CDU) – Intervém para agradecer a posição do Sr. Presidente da Junta, que é uma lufada de ar fresco pois ao fim de 8 anos que não têm este tipo de atitude. Lamenta que se tenha de chegar tão longe e apresentar tantas coisas para que isto acontecesse. Quer deixar apenas duas notas muito pequenas. Em relação às propostas da CDU, como refere aqui, é natural que as propostas da CDU que estavam no documento, estivessem como as do B.E., do PSD, de todos os outros porque são propostas transversais, reabrir as Creches, é uma proposta transversal, toda a gente acha que deve fazer isso. Só o anterior Executivo é que não achava. É passado, vamos agora avançar para o futuro. Agora um outro aspeto mais grave, como é que lhe comunica, o que é que o contabilista lhe terá dito que é um erro informático. Esclarece que ele próprio trabalha com informática há uns quarenta e tal anos. Se há coisa que tem a certeza é que não existe erro informático. Uma máquina nunca se engana. Erro é uma caraterística tipicamente humana. Por isso, pergunta: Qual é o software e qual é a versão em que é criado este Orçamento para poder agir judicialmente junto da empresa fabricante que produz um produto defeituoso que causa problemas graves. Agora imagine se usar esse programa que está errado por causa do programador e não por causa do computador e criar situações por esse país fora. Se há uma empresa que vende um software defeituoso tem de ser

imediatamente travada. ----------
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Deputado Mário Moutinho. ----------
Mário Moutinho (BE) – Afirma que vem felicitar o Sr. Presidente da Junta por retirar o documento, por ouvir as suas recomendações e observações e ter retirado o documento. Da forma como o faz é realmente e como diz o Deputado Vítor uma lufada de ar fresco a que não estão habituados nos últimos 8 anos. O B.E. regista isto com agrado. Afirma que há pouco, aquando da sua intervenção integrada no espaço reservado aos partidos políticos para falarem da sua intervenção política, falou do rigor na apresentação dos documentos a esta Assembleia. Claro que já sabia da falta de rigor deste documento ao ser apresentado. Pergunta onde é que o Executivo falha. O Executivo falha porque o Executivo assina de cruz um documento que lhe é entregue por alguém, embora não queira saber de quem se trata. O Executivo tem de fazer o que eles fazem, que é olhar para o documento, ler, ver se está bem ou mal, examinar. Quando chega o PDF, enviado pelo Sr. Presidente da Assembleia, leram, tomaram notas, conversam uns com os outros e com as suas dúvidas, vão, trocam impressões com contabilistas e com economistas. É isso que o Executivo tem de fazer, porque se o Executivo tiver que fazer uma intervenção sobre Aeronáutica, presume que ninguém no Executivo percebe desta matéria. Tem de consultar alguém. É isso que se tem de fazer para apresentarem perante a Assembleia, documentos com rigor. Se apresentarem documentos com rigor, metade dos problemas daqui que se debateram nos últimos anos, vão desparecer. ----------
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------
Presidente da Junta – Afirma que desta Assembleia toda, o Fernando é o único que já o conhece há muitos anos. Diz que nunca esteve exaltado, não está exaltado. É um apaixonado pelo profissionalismo, gosta de fazer tudo direitinho, tudo correto e transparente. Se se exalta um bocadinho é porque está sentado e está a ver que todos têm razão, pois o documento não está em condições. Afirma que é uma pessoa correta na sua vida e não se exalta com facilidade. É rigoroso e confirma a presença do contabilista. Afirma que se esta Assembleia concordar, solicita o favor, ao Sr. contabilista para vir explicar o que é que aconteceu.----------
Presidente da AF – Pergunta aos Srs. Deputados presentes se alguém se opõe a esta solicitação do Sr. Presidente da Junta.----------
Presidente da Junta – Afirma que é para Defesa da Honra. Entende que o Técnico deve explicar a todos o que aconteceu, mesmo a ele que pretende uma explicação. Dirige-se ao Dr. Felizes a pedir desculpa, mas também quer que lhe explique. A Junta de Freguesia gasta dinheiro todos os meses com o contabilista. Quando o Sr. membro da Assembleia afirma que eu assino de cruz, está a fazer política e gestão, está a gerir a Junta, a fazer política, mas não é contabilista. Se a Junta paga a um contabilista, pode assinar de cruz porque o contabilista trabalha para a Junta. Quer deixar bem claro que com ele, vai haver sempre transparência. Os 8 anos passaram e ele é colocado para fazer a diferença. Espera que acreditem nisso. ----------
Presidente da AF – Informa que passam à fase seguinte e pergunta se alguém se opõe a que o contabilista venha falar. De seguida dá a palavra ao Sr. Deputado Fernando Oliveira. Volta a perguntar se todos os restantes membros não se opõem. ----------
Fernando Oliveira (PS) – Afirma que o PS não se opõe a que o contabilista possa falar. Entendem que não há necessidade disso. Para dar justificações e explicar o que quer que seja, como o Sr. Presidente diz, há locais próprios para isso, não é esta Assembleia com certeza. Volta a referir que o PS não se opõe. ----------
Presidente da AF – Intervém para dar a palavra ao Sr. Deputado Abílio Rodrigues. ----------
Abílio Rodrigues (PS) – Afirma que ele próprio se opõe porque o Sr. Técnico de Contas não tem que prestar contas à Assembleia, mas ao Sr. Presidente da Junta. O Sr. Presidente da Junta é que tem de prestar contas à Assembleia. Já diz das suas razões, pois assina de cruz um

documento que está mal. Para ele está bem. Agora tem é de prestar contas ao Sr. Presidente. Afirma que já no anterior mandato, o contabilista foi impedido de falar. Entendem que devem manter o mesmo critério. ----------

Presidente da AF – Afirma que mandatos diferentes, têm pessoas diferentes. ----------

Abílio Rodrigues (PS) – Afirma que o Sr. Presidente da Mesa já o disse que devemos trabalhar como antigamente. ----------

Presidente da AF – Afirma que registam com apreço a opinião do Sr. Deputado. Contudo tem de prevalecer a maioria da decisão dos Deputados. De imediato autoriza a intervenção do Sr. contabilista. ----------

Dr. António Felizes – Afirma que é inequívoco, pois mal chegou recebeu um telefonema a dizer que há realmente falhas no documento. As imprecisões, no fundo, afirmam que ele não está desvirtuado. Se virem as rúbricas todas que estão orçamentadas, se somarem os totais estão totalmente certas. Agora não há dúvida nenhuma que há um documento que para ser aprovado, têm de autorizar que seja com esta errata. Existem coisas que estão erradas no totalizador, não nas rúbricas em si, mas nos totalizadores. Deriva exatamente, como alguém fala aqui na Assembleia de o programa informático criar, neste caso, um problema grave. Fazem o lançamento nas rúbricas, 100,00€ ali, 1.000,00€ acolá e mais 2.000,00€ acolá e não vêm o que é que o programa está a totalizar. Efetivamente tem 2 ou 3 totalizadores que totalizam mal. Apesar que se somar as rúbricas individualmente, elas estão certas. Afirma que está completamente de acordo e o Sr. Presidente faz bem em retirar o documento porque ele não pode ser aprovado desta maneira. Ele não vai ser mudado em nada como vão ver pois o total é de 1.998,000,00€ na mesma, de um lado e do outro, o Plano de Atividades é exatamente igual ao que está no documento. A única coisa a ser corrigida é realmente porque há erros, é nos totalizadores, porque estão errados e é fácil de ver, como aqui é falado. Os totais, de rúbrica a rúbrica, ao somar, está tudo certo. Mas seja como for, o documento está errado. Não existe dúvida alguma que não pode ser apresentado assim. Tem de assumir algumas responsabilidades nisso, porque houve muito pouco tempo. O Executivo toma posse no dia 21/12, o Orçamento é aprovado no dia logo a seguir, não existe tempo para rever nada. Os Srs. têm tempo depois de receberem o documento, há tempo para o analisar. O Executivo faz a reunião a 21/12/2021, a 22/12/2021 é a aprovação. Não existe tempo. ----------

Presidente da AF – Intervém para afirmar que deve limitar-se à explicação técnica e agradece a informação prestada. Uma vez que o ponto é retirado, passam para o ponto seguinte. Afirma que devido ao adiantado da hora, pois são 00h25, a sugestão que a Mesa propõe é prolongar esta Assembleia, com a devida retificação do documento. Neste momento solicitou falar com o Sr. Presidente da Junta e de imediato deu-lhe a palavra para poder intervir.----------

Presidente da Junta – Afirma que retira o ponto nº 2 da O.T. e fica para análise os pontos 1 e 2.----------

Presidente da AF – Entende que por uma questão técnica é preferível fazer o prolongamento desta Assembleia, com uma nova convocatória e incluir os pontos 1 e 2. É o artº 28º do Regimento. A fase seguinte é marcar a nova data da Assembleia. Afirma que é preciso trabalhar no objetivo e são necessárias metas. ----------

Mário Praça (1º Sec. Assembleia) – Afirma que têm de ter prazo para a convocatória, têm de preparar a documentação e sugere a sua realização daqui a 15 dias. ----------

Presidente da AF – Intervém para propor a data da realização da Assembleia no dia 14 de janeiro, sexta-feira. É aceite a data pelos membros presentes. ----------

De seguida afirma que dá por encerrada a Ordem de Trabalhos, dá a palavra ao público e pergunta se alguém pretende intervir. Afirma que gostam e pretendem que o público fale, contudo, não se verificou nenhuma inscrição. ----------

Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. A Minuta da Ata foi aprovada por unanimidade. ----------
Desejou Boas Festas e Boas entradas para todos e deu por encerrada a sessão. ----------
Edifício de São Nicolau, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 31 de dezembro de 2021, às 00,55 horas. ----------

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____